

HABEAS CORPUS Nº 504.127 - DF (2019/0104669-3)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
ADVOGADOS : ESEQUIEL SANTOS MOREIRA - DF007920
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITORIOS
PACIENTE : PEDRO VICTOR DE OLIVEIRA MARTINS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso próprio, sem pedido liminar, impetrado em favor de PEDRO VICTOR DE OLIVEIRA MARTINS contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios**, nos autos da apelação criminal n. 0008049-65.2017.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado, em primeira instância, às penas de **2 (dois) anos, 2 (dois) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, em regime inicial aberto, mais o pagamento de 221 (duzentos e vinte e um) dias-multa**, como incurso nas iras do art. 33, **caput**, c/c art. 40, III, todos da Lei de Drogas.

Inconformada, a defesa interpôs **apelação** perante o eg. Tribunal de origem, que, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso, a fim de fixar o regime inicial semiaberto, consoante voto condutor do v. acórdão de fls.19-30.

Daí o presente **writ**, no qual a defesa alega, em síntese, a ocorrência de constrangimento ilegal, pois houve **reformatio in pejus**, uma vez que “*a situação do paciente foi agravada, sendo reconhecida de ofício a circunstância especial do art. 42, da Lei de Drogas pelo Relator e também foi citada erroneamente na sentença, pois, nesta decisão não houve a valoração desfavorável da mesma*” (fl. 4).

Afirma que, “*no Tribunal, mais uma vez foi agravada a situação do paciente, reformando a decisão do juiz erroneamente retirando a causa de diminuição de pena*” (fl. 5).

Defende a manutenção do regime inicial aberto, como fixado na sentença.

Requer, assim, a concessão da ordem para “*redimensionar a dosimetria de pena, retirando a valoração desfavorável da circunstância especial do art. 42 da Lei de Drogas e reconhecendo a causa de diminuição de pena do § 4º, do art. 33 do mesmo diploma, no patamar máximo, por fim, requer a fixação do regime aberto para o cumprimento da pena privativa de liberdade*” (fl. 6).

Não houve pedido liminar.

Informações prestadas às fls. 36-86 e 111-114.

O Ministério Público Federal, às fls. 116-117, manifestou-se pela prejudicialidade da ordem, em parecer sem ementada.

É o relatório.

Decido.

A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

O Juízo de Direito da 3ª Vara de Entorpecentes do Distrito Federal informou que:

“3. Em 28 de fevereiro de 2019, foi apreciado o recurso interposto, dando parcial provimento ao apelo, a fim de fixar o regime inicial semiaberto para o cumprimento da pena, mantendo a r. sentença nos seus demais termos.

4. O Ministério Público opôs embargos de declaração contra o acórdão proferido pela Terceira Turma Criminal do TJDF, os quais foram

conhecidos e acolhidos unanimemente, a fim de decretar a nulidade absoluta do acórdão embargado e determina que seja renovado o julgamento.

5. Apesar dos autos terem sido remetidos a este Juízo, determinei o retomo do processo à 3ª Turma Criminal para que seja dado cumprimento à determinação contida no julgamento dos embargos de declaração.

6. Segundo consta no sistema informatizado deste Tribunal, a Apelação Criminal foi julgada no dia 31/10/2019, tendo sido conhecido o recurso, porém negado o provimento. Contudo, não se encontra disponível no sistema informatizado deste Tribunal o inteiro teor do Acórdão, sendo necessário para tanto, s.m.j., a solicitação de informações diretamente à 3ª Turma Criminal do TJDF, órgão responsável pelo julgamento da apelação.

7. Conforme informações contidas no prontuário do Paciente, extraído do sistema SIAPEN/DF, o réu encontra-se solto” (fls. 112-113, grifei).

Em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal de origem, observa-se, ainda, a interposição de embargos infringentes, os quais ainda estão pendentes de julgamento.

Diante desse quadro, verifica-se a prejudicialidade da impetração, uma vez que os contornos jurídicos-fáticos do caso foram alterados e ainda não definidos. Assim, não há como esta Corte Superior emitir juízo de valor sobre situação jurídica incerta, indefinição gerada por novo pronunciamento do Tribunal local sobre a situação jurídica-processual do ora paciente.

Ante o exposto, julgo prejudicado o **habeas corpus**, nos termos do art. 34, XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

P. e I.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro Leopoldo de Arruda Raposo
(Desembargador Convocado do TJ/PE)
Relator